

MERCADO DE TRABALHO URBANO-INDUSTRIAL NO RIO GRANDE DO SUL: ORIGENS E PRIMEIRA CONFIGURAÇÃO, 1870-1920

Ronaldo Herrlein Jr.*

RESUMO

Este ensaio propõe uma caracterização do processo de constituição do mercado de trabalho urbano-industrial no Rio Grande do Sul, afirmando a singularidade regional das formas sócio-históricas desse processo no contexto brasileiro e latino-americano. A primeira seção apresenta o movimento do conjunto da formação social regional, assinalando a transformação experimentada pela economia gaúcha entre 1870 e 1930. A segunda seção discute a origem do mercado de trabalho livre na região, explorando estatísticas demográficas e ocupacionais, concluindo com uma caracterização do processo de constituição do mercado regional de trabalho. Apoiada nessa caracterização, a última seção fundamenta hipótese sobre a vigência de condições gerais relativamente favoráveis aos trabalhadores no mercado de trabalho da indústria gaúcha, principalmente através de comparações inter-regionais dos salários industriais no Brasil, em 1920.

Palavras-chave: mercado de trabalho, Rio Grande do Sul, história econômica, desenvolvimento industrial

INTRODUÇÃO

O extenso período de 1870 a 1920 foi marcado pelo aprofundamento do processo de transição capitalista na sociedade brasileira. A questão nuclear desse processo foi a passagem de formas de produção escravistas para formas apoiadas no trabalho assalariado, o que exigia a conformação de um mercado de trabalho livre e a elaboração de novas formas de dominação do capital sobre o trabalho.¹

* Doutor em Economia (Unicamp). Professor do PPGE-FACE e coordenador do Departamento de Economia da PUCRS - e-mail: ronaldoh@puers.br

¹ A formação de um mercado de trabalho livre é a questão nuclear num processo de transição para relações capitalistas de produção, embora não seja uma condição suficiente. O estabelecimento de formas capitalistas de produção deve repousar sobre um ambiente econômico já caracterizado pela ação do capital mercantil e pela produção voltada para o mercado. Ademais, a constituição de um mercado de força de trabalho livre não é premissa da acumulação de capital, enquanto essa transcorre na esfera mercantil, como acumulação de capital comercial. Mas a penetração do capital na esfera da produção requer a disponibilidade de força de trabalho livre, cuja necessidade expressa uma demanda especificamente capitalista por mão-de-obra.

Teor. e Evid. Econ.	Passo Fundo	v. 11	n. 21	p. 63-98	novembro 2003
---------------------	-------------	-------	-------	----------	---------------

A diversidade histórica das formações regionais brasileiras condicionou o processo de constituição do mercado de trabalho urbano-industrial, que assumiu características específicas nas diversas regiões. O propósito deste ensaio é estabelecer os traços singulares desse processo na região do Rio Grande do Sul.

Como parte de uma totalidade em transformação, a formação do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul deve ser considerada a partir do movimento do conjunto da formação social regional. Na primeira seção, apresentamos um esboço desse movimento, assinalando a transformação experimentada pela economia gaúcha entre 1870 e 1930.² Na segunda seção, discutimos a origem do mercado de trabalho livre na região, explorando estatísticas demográficas e ocupacionais. A descrição realizada concluiu-se com uma caracterização do processo de formação do mercado de trabalho na região, comparando-o com outras experiências regionais. Na terceira seção, buscou-se uma aproximação das condições gerais do mercado de trabalho da indústria gaúcha, principalmente através de comparações inter-regionais de salários industriais no Brasil, em 1920.

1 A TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA GAÚCHA

Em meados do século XIX, a economia gaúcha caracterizava-se pela predominância das atividades da pecuária extensiva e das charqueadas escravistas, enquanto economia regional subsidiária no contexto de uma economia nacional mercantil-escravista e agroexportadora. Essa economia regional caracterizava-se pelo amplo predomínio da zona sul do território estadual (aqui denominada “sub-região sul”), fronteira com Uruguai e Argentina, onde se desenvolvia a atividade pastoril. Essa sub-região apresentava baixa densidade demográfica, com exceção das cidades de Rio Grande (porto) e Pelotas (charqueadas). A extinção do tráfico de escravos africanos em 1850 e a desarticulação do escravismo até a abolição (1888) determinaram um impasse para as charqueadas, que, já afetadas pela concorrência platina, encontraram dificuldades para transitar para o trabalho assalariado (Cardoso, 1977).

² A seção tem o papel de situar o processo específico de formação do mercado de trabalho no contexto mais geral da transição capitalista no Rio Grande do Sul, considerada, porém, a partir de uma nova interpretação (Herrlein Jr., 2000). Como o leitor poderá perceber, essa nova interpretação contraria em larga medida outras interpretações correntes, embora não seja possível, nos marcos deste artigo, travar esse debate, para o que remetemos ao trabalho citado.

Ao longo do século XIX, entretanto, uma grande transformação social e econômica transcorria na *região* do Rio Grande do Sul,³ com a efetivação da colonização dos territórios ao norte de Porto Alegre, em direção à Encosta da Serra do Nordeste, por imigrantes europeus com base em pequenas propriedades agrícolas. No Rio Grande do Sul, a colonização alemã principiou em 1824, através da distribuição de pequenos lotes, pelo governo imperial. A partir de 1850, o estabelecimento de colonos na região avolumou-se e predominou a colonização organizada por negociantes privados, que financiavam e vendiam os lotes sob supervisão do governo provincial.⁴ Após 1875, foram italianos, eslavos e outros, além dos alemães, que chegaram à região, enquanto se avolumava a prole dos colonos alemães já estabelecidos, ensejando um contínuo processo de colonização e povoamento, que se estenderia durante todo o primeiro período republicano, extrapolando os limites do estado mesmo antes de 1930. Ao longo de um século, conformou-se e reproduziu-se de forma ampliada uma economia agropecuária colonial, assentada na pequena propriedade e na mão-de-obra familiar, gerando excedentes agrícolas comercializados no mercado regional e, depois, nacional. Essa classe de pequenos proprietários rurais conferiu singularidade à estrutura de classes da sociedade regional e desempenhou um papel econômico importante tanto na configuração da oferta produtiva regional, quanto na constituição de um mercado interno à região.

A agregação de dois subsistemas econômicos, o pecuário-charqueador e a agropecuária colonial, combinou-se ao relativo isolamento geográfico, condicionando o desenvolvimento econômico regional no sentido de uma diversificação produtiva e das exportações, bem como de um elevado grau de auto-suficiência no provimento dos bens necessários à sua reprodução (Tejo, 1939). Além de exportar uma larga parcela de sua produção, que, por sua natureza, prestou-se desde logo ao provimento das necessidades da população local, essa economia regional reproduzia-se historicamente com superávits comerciais, que perduraram até 1920 (Dalmazo, 1986. Tabelas I-1 e II-1).

³ Tomamos o conceito de “região” para o Rio Grande do Sul (e também São Paulo) considerando suas distintas zonas como “sub-regiões”. Do nosso ponto de vista, a *região* é pensada como totalidade social estruturada no espaço, com o mesmo sentido do conceito de “formação regional” ou “formação espacial” em Breitbach (1988:58-9): “O termo formação, ao mesmo tempo em que designa algo relacionado com a forma, o contorno, o desenho, expressa também o conteúdo de um processo, algo que se forma, se desenvolve e se altera. Portanto, a formação espacial contém o dado histórico, com seu condicionamento específico relativo a situações concretas, ou seja, vai expressar os diferentes momentos de ocupação e uso do território levados a efeito pela sociedade humana. Nessa medida, observa-se que o conceito de formação espacial está profundamente relacionado à formação econômico-social, podendo-se dizer que há uma certa correspondência entre ambas”. Para uma discussão acerca do conceito de região e sua aplicação ao caso gaúcho, ver Albuquerque (1998, 1998a).

⁴ Em 1872, quando somente os alemães haviam chegado, eles e seus descendentes representavam 14% da população (Roche, 1969, p. 168). Cerca de 192 mil imigrantes estrangeiros ingressaram no Rio Grande do Sul entre 1824 e 1914, dos quais 80% o fizeram após 1880. Para uma avaliação dos contingentes migratórios europeus ingressados no Rio Grande do Sul até 1914, ver Tabela 1 (Pellanda, 1925).

Em vista da formação do subsistema econômico da agropecuária colonial (estabelecido nas sub-regiões nordeste e norte), a economia gaúcha assumiu, progressivamente, uma nova configuração no período em análise, alterando-se sua estrutura de oferta e sua pauta de exportações. O novo subsistema econômico, baseado na agropecuária colonial, adquiriu peso equiparável ao do sul nas exportações regionais.⁵ A mudança também decorreu do surgimento de um novo setor produtivo, a lavoura capitalista do arroz, que pode ser considerado como um desdobramento do capital comercial baseado na economia pecuário-charqueadora. O declínio relativo do charque e dos couros e o surgimento e ascensão de novos produtos (banha, vinho, produtos da lavoura colonial, madeira, arroz) na pauta de exportações conferiram flexibilidade às exportações regionais (diversos mercados e produtos). Desse modo, a produção gaúcha alcançou uma inserção dinâmica nos mercados regionais brasileiros ao longo da Primeira República, evidenciada pelo crescimento real das exportações gaúchas, da ordem de 5% ao ano, de 1901 a 1929, o que constitui um desempenho formidável.

A acumulação de capital comercial, baseada nos fluxos de exportação e importação das colônias para a capital Porto Alegre e, desta, para o resto do país, determinou o deslocamento do predomínio econômico regional para a metade norte do território estadual. Foi a partir do desenvolvimento comercial das sub-regiões aí situadas que se originou, até 1920, a maior parte do capital industrial e da força de trabalho urbana no Rio Grande do Sul, representada pelo parque fabril de Porto Alegre.

Por outro lado, foi notável a permanência da pecuária como atividade primária básica para uma parcela importante da produção estadual (além do charque, as carnes frigorificadas e em conserva, a lã, os couros e seu beneficiamento, para produção de calçados e outros itens). Essa permanência revela uma grande resistência à crise da atividade pecuária, sem alteração de seu caráter extensivo, com pouca ocupação de mão-de-obra.

O fim do escravismo provocou alterações nas charqueadas, que foram forçadas a uma adaptação ao trabalho assalariado, e também nas estâncias, reduzindo sua autonomia. A chegada da ferrovia e a mercantilização dos meios de vida, associadas à urbanização e à formação da lavoura capitalista do arroz, permitiram um crescimento econômico da sub-região sul do estado, porém inferior ao das sub-regiões nordeste e norte.

A intensificação da acumulação comercial nos principais pólos urbanos regionais e a integração dos mercados locais pela rede de transportes fluviais e ferroviários, ocorrida ao longo do período em foco, ampliaram o mercado interno e estabeleceram uma

⁵ A Tabela 2 apresenta um resumo da pauta de exportações do Rio Grande do Sul e os respectivos valores, apresentando a evolução dos pesos relativos dos diversos produtos ao longo do período em análise.

articulação entre os dois subsistemas econômicos regionais.⁶ O novo subsistema produtivo que emergiu no período em análise — a agropecuária colonial — experimentou um processo de adensamento econômico, tornando-se também fornecedor de matérias-primas e mercado para a indústria regional, além de consumidor produtivo de matérias-primas da pecuária (couros e lã). As modificações da estrutura produtiva e a integração do espaço econômico regionais provocaram uma expressiva ampliação de seu próprio mercado e da importância do mesmo para o crescimento econômico, estabelecendo uma diversificada economia de mercado interno. Essa condição facultou um excepcional dinamismo das exportações, que, igualmente, se diversificaram e cuja pauta incluía uma maioria de produtos principalmente absorvidos pelo consumo interno.⁷ Diferentemente de uma economia agroexportadora, a economia gaúcha não apresentava uma separação fundamental entre as atividades produtivas destinadas à exportação e aquelas vinculadas ao mercado interno regional.

Entre 1890 e 1930, o desenvolvimento econômico regional foi amplamente favorecido pela ação do Estado, que assumiu encargos com a infra-estrutura de transporte (portos e ferrovias), combateu o contrabando pela fronteira com o Uruguai e estabeleceu incentivos fiscais à indústria e às exportações. Atenção especial foi dedicada às sub-regiões nordeste e norte, onde a colonização continuou se desenrolando com apoio dos governos estaduais, que vislumbravam nessas sub-regiões a possibilidade efetiva de crescimento econômico no sentido de uma almejada diversificação da estrutura produtiva estadual.

⁶ Essa afirmação contraria a tese da permanência do “dualismo” na economia gaúcha nesse período, proposta pelo clássico estudo de Paul Singer (1977, [1968]), que tem sido uma das principais referências historiográficas para o estudo da economia gaúcha durante a transição capitalista da Primeira República. Cabe notar que Castro (1971) já havia encontrado evidências da articulação mercantil da indústria na sub-região das colônias com a produção de couro e lã, na Campanha, através da ligação pela lagoa dos Patos (Castro, 1971:57), a qual era peça-chave no sistema de hidrovias, o sistema de transporte básico a partir do qual se projetaram e construíram as ferrovias (com finalidades estratégica e comercial). Por isso, soam pouco convincentes as afirmativas de Singer sobre as ferrovias gaúchas como principais argumentos para justificar a permanência de um “dualismo” entre dois subsistemas econômicos no processo de transição capitalista, de que nenhuma ligação ferroviária direta entre as colônias e o sul do estado se mostrara economicamente justificável e de que Porto Alegre era o centro do sistema ferroviário (Singer, 1977, p. 160). Como se sabe, Santa Maria destacou-se nesse papel, enquanto a Lagoa dos Patos cumpriu a referida função de ligação, tornando redundante uma ferrovia que teria traçado paralelo ao seu. Não é possível aqui desenvolver todo o argumento e referir as evidências em favor de uma nova interpretação sobre a integração do mercado interno gaúcho, para o que recomendamos a consulta à tese de doutoramento do autor (Herrlein Jr., 2000, cap. 1). A tese representa uma parcela do trabalho de revisão historiográfica realizado pelas pesquisas do Núcleo de História Econômica, Social e Política da FEE (ver Targa, 1996, 1998), sendo sua principal contribuição a proposição de uma nova interpretação para o crescimento econômico do Rio Grande do Sul no período, rejeitando a hipótese interpretativa clássica do modelo agroexportador, nos marcos de uma relação centro-periferia com São Paulo, para essa economia regional (presente, entre vários, também em Souza, 1973; Almeida, 1982).

⁷ A exceção eram os couros, o charque, a carne frigorificada e a banha, únicos produtos em toda estrutura produtiva estadual para os quais a demanda externa tinha papel preponderante na absorção da produção.

O processo de formação do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul fez parte dessa fase do desenvolvimento da economia gaúcha, marcada por uma intensa expansão agrícola, comercial, industrial e urbana. Tal expansão configurou uma economia estruturalmente diversificada e de grande dinamismo. A diversificação decorreu da existência de dois pólos econômicos sub-regionais e do relativo isolamento do mercado regional, forçando a região a produzir para seu auto-abastecimento. O crescimento econômico pôde apoiar-se tanto no mercado interno como nas exportações.⁸

Essas características da economia regional conferiram uma singularidade ao processo de transição capitalista no Rio Grande do Sul no contexto brasileiro. A especificidade da transição capitalista no Rio Grande do Sul tem sido resumida apenas ao papel subsidiário, supostamente menos dinâmico, dessa economia regional, às suas menores dimensões frente à economia cafeeira e à condição economicamente periférica que essa região veio a assumir posteriormente. A referência à região de São Paulo é inevitável, pois o processo de transição capitalista nessa região é tomado como representativo da transição em escala nacional (Furtado, 1982; Mello, 1982). Visto que essa região acabou por configurar o pólo principal do desenvolvimento capitalista nacional após 1930, subordinando cedo ou tarde — e simultaneamente desconstituindo — os demais espaços econômicos regionais, pouca atenção têm recebido as características regionais da transição, que, pelo menos no caso do Rio Grande do Sul, estavam imprimindo outra face ao desenvolvimento capitalista.

Pensamos que o papel subsidiário da economia gaúcha nos séculos XVIII e XIX e as formas originárias de apropriação e uso da terra possibilitaram a formação de uma região capaz de seguir um caminho específico de desenvolvimento capitalista, não periférico, mas alternativo e distinto do desenvolvimento nas regiões cujo dinamismo vinculava-se à agroexportação para o mercado mundial. Esse desenvolvimento do Rio Grande do Sul apoiou-se sobre uma acumulação capitalista de menores dimensões, porém mais diversificada e associada a uma estrutura social menos desigual, em comparação com a região de São Paulo.

⁸ A conjugação de dois subsistemas econômicos fazia da economia gaúcha a segunda ou terceira economia regional de maior peso no país após a economia paulista. O Rio Grande do Sul era a quarta unidade federada em tamanho da população, com 7,1% da população nacional (após Minas Gerais, São Paulo e Bahia), mas respondia por aproximadamente 11,4% do valor bruto da produção agrícola e industrial nacional em 1920. Nesse valor, ocupava a terceira posição nacional, com cerca 0,8 milhão de contos, após São Paulo e Minas Gerais, cujos valores eram cerca 2,1 milhões e um milhão de contos, respectivamente (o Distrito Federal e o Rio de Janeiro, somados, atingiam 1,1 milhão). Em termos de valor da produção agrícola e industrial *per capita*, o Rio Grande do Sul detinha a segunda posição, com 376 mil réis, atrás de São Paulo, com 587 mil réis, e à frente de Minas Gerais, com 178 mil réis (Love, 1973, p. 117-188).

A acumulação de capital comercial nessa região processou-se em menor escala e menos concentrada que na região agroexportadora cafeeira. A existência de dois pólos econômicos apoiados numa estrutura dual de posse da terra implicou maior distribuição espacial dos capitais e a divisão de esferas comerciais, mas também uma maior diversidade social e produtiva e uma capacidade de desdobramento econômico desconcentrado.⁹ A expansão das atividades produtivas primárias, voltadas às necessidades de consumo da população, apoiou-se na continuidade entre o mercado interno regional e o nacional.

A indústria regional formou-se de maneira integrada à base agropecuária e originou-se em larga medida com capitais locais, substituindo a produção artesanal, que seguia tendo importância, implicando um maior fracionamento da propriedade industrial. Essa indústria voltava-se, basicamente, ao atendimento do mercado regional, comportando também grandes estabelecimentos, que concentravam a maior parte da produção.

A difusão das relações capitalistas de produção nessa região transcorreu atingindo, simultaneamente, diversas atividades econômicas, rurais e urbanas, em diferentes zonas do estado. Essa difusão foi concomitante ao deslocamento do dinamismo econômico endógeno da região (acumulação e diversificação capitalista) da zona sul para a zona colonial, ao norte do território estadual. A pluralidade de fontes da transformação socioeconômica em curso refletia a diversificação produtiva alcançada pela economia regional.

O processo de transição capitalista no Rio Grande do Sul transcorreu sobre bases sociais relativamente igualitárias e com a significativa formação de pequenos e médios capitais. A questão nuclear dessa transição foi a passagem da mão-de-obra escrava para o trabalho assalariado, que exigiu a conformação de um mercado de trabalho livre e a elaboração de novas formas de dominação do capital sobre o trabalho. Esse processo assumiu formas sócio-históricas específicas no Rio Grande do Sul, na medida em que não resultou das ações do capital comercial e agroexportador, que tiveram papel decisivo nesse processo em diversas regiões brasileiras e latino-americanas, estreitamente vinculadas ao mercado mundial.

⁹ Em contraste, note-se que na região de São Paulo o dinamismo econômico sempre esteve vinculado à grande propriedade e o processo de desenvolvimento econômico capitalista e diversificado foi determinado pela expansão da acumulação cafeeira. Os lucros concentrados dessa economia foram aplicados também em atividades ligadas ao comércio, bancos, indústrias e transportes, muitas vezes reunidas nas mesmas mãos. Essa associação de negócios levou a uma combinação de interesses capitalistas da burguesia rural cafeeira com os setores dominantes da vida urbana. Essa comunidade de grandes interesses capitalistas fazia parte de uma estrutura social marcada pela desigualdade, pois os trabalhadores rurais não tiveram acesso à propriedade e a imigração abundante conduziu a baixos salários.

2 MERCADO DE TRABALHO LIVRE: ORIGENS E ESPECIFICIDADE REGIONAL

A expansão da economia gaúcha durante a Primeira República exigiu a disponibilidade de força de trabalho livre em poucos setores, em vista da predominância da agricultura familiar e da pecuária extensiva na produção primária. Foi principalmente nos meios urbanos que essa disponibilidade foi necessária para a expansão da indústria, do comércio e dos serviços. A indústria foi o principal setor em que se configuraram relações de produção capitalistas, embora apenas em parte dela, devido à presença expressiva de estabelecimentos de escala artesanal, negócios individuais e familiares. Nesse período, também os serviços de transporte fluvial e ferroviário expandiram-se com base no trabalho assalariado. Nos meios rurais, a demanda por força de trabalho livre configurou-se na moderna lavoura do arroz e, em reduzido grau, na zona das colônias, à medida que sua produção agropecuária adquiria expressão comercial e se desdobrava através das agroindústrias.

No norte do estado, a expansão da produção agropecuária das colônias, dinamizada pela ação do capital comercial, fazia-se pela ampliação do contingente de produtores independentes, através da extensão da fronteira agrícola em direção ao noroeste. Até 1900, as sub-regiões nordeste e norte apresentaram crescimento demográfico superior à média estadual (Tabela 3). A colonização dessas sub-regiões do estado havia ensejado o surgimento de uma estrutura agrária caracterizada, majoritariamente, pela pequena propriedade, explorada pela mão-de-obra familiar, visto que os imigrantes estabeleceram-se, em sua maioria, como colonos – com acesso à propriedade rural – e, portanto, não como trabalhadores livres, disponíveis para o capital. Dessa forma, no último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as colônias já estabelecidas e as novas que se organizavam representavam a possibilidade de acesso à propriedade da terra, constituindo uma dificuldade para a transformação da capacidade de trabalho em mercadoria — força de trabalho.¹⁰

Podemos averiguar as condições de formação de um mercado de trabalho livre no Rio Grande do Sul avaliando algumas características demográficas dessa região. Em todo período de 1870 a 1920, o Rio Grande do Sul apresentou um padrão demográfico distinto da média nacional, marcado por uma taxa de crescimento populacional superior (Tabela 4). Também São Paulo apresentou um crescimento demográfico mais acentu-

¹⁰ A menor disponibilidade de força de trabalho livre no Rio Grande do Sul, no contexto da transição capitalista no século passado, transparece na comparação da composição da população economicamente ativa dessa região frente à de São Paulo ou Rio de Janeiro. Em 1872, a primeira região apresentava uma maior participação relativa de lavradores, criadores e pescadores, enquanto, nas duas últimas, havia maior peso dos operários e da mão-de-obra engajada nos serviços eventuais (Pesavento, 1989, p. 16-17).

ado que o nacional e maior que no Rio Grande do Sul, a partir da última década do século XIX, período que especificamente pode ser assinalado como de formação da indústria em todos os centros urbanos mais importantes das economias regionais brasileiras.

Entre 1872 e 1890 o maior crescimento demográfico regional no Brasil (excetuada a Amazônia) ocorreu no Rio Grande do Sul, coincidindo com a fase de grande expansão das zonas coloniais, que receberam, então, grande contingente de imigrantes (75 mil). Nesse período, estima-se que 17% do expressivo incremento demográfico ocorrido na região — 450 mil pessoas, representando 100% em 18 anos — pode ser atribuído ao ingresso de imigrantes. Na década seguinte, 1891 a 1900, quando o crescimento demográfico do Rio Grande do Sul desacelerou-se, a proporção de imigrantes no incremento chegou a 18% (Tabela 1).

Pode-se considerar que o crescimento demográfico no Rio Grande do Sul entre 1872 e 1890 foi acentuado principalmente pela expansão da população rural das sub-regiões norte e nordeste. A população de Porto Alegre cresceu muito pouco nesse período para, na década seguinte, registrar quase a mesma taxa que o conjunto da sub-região nordeste, onde se localizavam as colônias mais antigas (Tabela 3). Até 1900, as taxas de crescimento demográfico das duas sub-regiões em que predominava a agropecuária colonial baseada na pequena propriedade superaram a média estadual, reduzida pelo elevado peso da população da sub-região sul (cerca de 50% da população total), que crescia a taxas bem inferiores às das duas outras. Nessas, o crescimento demográfico foi manifestamente de população rural, devido ao desenvolvimento das colônias antigas e ao estabelecimento de colônias novas. As taxas mais elevadas de crescimento demográfico expressam o crescimento econômico mais acelerado dessas sub-regiões, que ampliaram seus excedentes comercializáveis, receberam a maior parcela da imigração dirigida ao Rio Grande do Sul no período e apresentavam taxas de natalidade mais elevadas.

A partir de 1900, o maior incremento demográfico registrou-se na sub-região das colônias novas (norte). Observando-se o evolução demográfica dos principais municípios dessa sub-região, nota-se que o incremento é tanto maior quanto mais recentes as colônias que lhes deram origem e quanto mais perto da margem de expansão da fronteira agrícola no sentido noroeste do Rio Grande do Sul (Tabela 6). Em todos esses municípios, predominavam em 1920 as ocupações rurais, com cerca de 80% do total de ocupados. A sub-região norte foi a única após 1900 a ter uma taxa de crescimento demográfico superior à do conjunto do Rio Grande do Sul, indicando que cessara a expansão demográfica mais acelerada na sub-região nordeste, das colônias antigas.

Se a existência de uma economia agropecuária de pequenos proprietários e a possibilidade de acesso à terra atraía imigrantes e tendia à dificultar a liberação de mão-de-obra para os meios urbanos em formação, essa condição não representou uma dificuldade incontornável. Isso porque, progressivamente e em graus diversos nas colônias antigas e novas, fatores internos e naturais à economia colonial passavam a atuar no sentido de fazer dela exsudar trabalhadores livres. A limitação da extensão da propriedade territorial, associada à redução da fertilidade do solo e à alta taxa de natalidade, gerou excedentes populacionais que não foram totalmente absorvidos pela expansão da economia colonial, para o que também concorria a chegada de novos imigrantes. A parcela dessa população excedente das colônias antigas que se destinou às cidades proletarizou-se, dando início à formação de um mercado de trabalho no meio urbano, que viabilizou a implantação da indústria em Porto Alegre.

Assim é que, após 1900, o crescimento demográfico na zona de colônias antigas (sub-região nordeste) decaiu abaixo da média estadual, mas foi bastante elevado em Porto Alegre, atingindo taxa muito superior à dos demais municípios da sub-região. Também São Leopoldo apresentou taxa de crescimento demográfico superior, de modo que os dois principais centros urbanos e com maior proporção relativa de ocupados na indústria em 1920 tiveram maior crescimento demográfico nessa sub-região (Tabela 6). O expressivo incremento demográfico de Porto Alegre entre 1900 e 1920 (143%) atesta seu papel enquanto absorvedora de população rural da sub-região nordeste. Pode-se concluir que, até 1900, o meio rural das sub-regiões norte e nordeste predominou no incremento demográfico. A partir de então, enquanto a sub-região norte ainda recebia imigrantes e sua população crescia a taxas mais elevadas, a sub-região nordeste liberou mão-de-obra para a capital Porto Alegre.

Também a imigração espontânea, dirigida diretamente à capital e outras cidades do nordeste do Estado, contribuiu para a disponibilidade de força de trabalho nesses meios urbanos. Entre 1900 e 1920, Porto Alegre e a cidade de São Paulo apresentaram crescimento demográfico equivalente (Tabela 4), mas o peso dos estrangeiros entre os trabalhadores ocupados nos meios urbanos indica as diferenças entre as trajetórias regionais de formação dos mercados de trabalho. A proporção de estrangeiros entre os trabalhadores ocupados nos meios urbanos atingia 49,4% na cidade de São Paulo e apenas 17,9% em Porto Alegre, ainda em 1920, cerca de três décadas após o início do grande fluxo migratório associado ao café.¹¹

¹¹ A elevada proporção de estrangeiros entre os trabalhadores urbanos de São Paulo indica a intensidade e a permanência das transformações demográficas provocadas pela imigração nessa região, que, resultando das ações promovidas pelo capital cafeeiro, determinou um amplo suprimento de força de trabalho no campo e nas cidades.

A sub-região sul do estado apresentou crescimento demográfico inferior à média estadual entre 1890 e 1900 e também, desde então, até 1920, embora a sua taxa tenha subido após 1900 (Tabela 3). Nas atividades pecuárias dessa sub-região, o caráter extensivo da exploração econômica empreendida pelos grandes proprietários de terra determinou uma lenta expansão produtiva, com a progressiva adoção do trabalho assalariado, enquanto se liberava mão-de-obra excedente. A mercantilização do trabalho nessa atividade foi um processo lento, pois nela vigoravam formas de remuneração não monetárias ou esporádicas, que possibilitavam o acesso aos meios de subsistência pelo trabalhador (Pesavento, 1989).

O latifúndio e a forma de vida nas estâncias puderam acomodar os homens despossuídos, provendo-lhes condições de subsistência, enquanto se manteve suficientemente baixa a densidade demográfica e a modernização trazida pelos transportes e pelo comércio não rompessem e transformassem o perfil da inserção mercantil da produção das estâncias. Entretanto, o maior adensamento demográfico e a modernização começaram a atingir essa sub-região justamente na passagem do século. Observa-se que os municípios da fronteira, caracterizados pelo predomínio pastoril, apresentaram taxas de crescimento demográfico inferiores à média da sub-região ou, pelo menos, às dos principais centros urbanos nela situados (Rio Grande e Pelotas), indicando uma provável liberação de mão-de-obra do campo para os meios urbanos (Tabela 6).

Nas áreas pastoris da sub-região sul (principalmente na zona da Campanha, fronteira com o Uruguai), as modificações econômicas, sociais e políticas que representavam a modernização da sociedade vieram a tornar excedente uma parcela dos trabalhadores empregados como peões nas estâncias ou mantidos como agregados. O cercamento dos campos e a instalação das ferrovias reduziram a necessidade de peões para a guarda e o transporte do gado. O arrefecimento das atividades guerreiras no estado também permitiu aos estancieiros reduzirem seu contingente de peões.

Os excedentes demográficos assim gerados dirigiram-se, paulatinamente, a pequenas localidades urbanas ou aos centros urbanos de maior porte, como Rio Grande e Pelotas (Almeida, 1992). A concentração da propriedade da terra, combinada ao crescimento demográfico e à falta de alternativas de ocupação, determinou o aumento da pobreza. Dessa população excedente, provavelmente, originou-se o contingente de força de trabalho necessária à implantação e expansão da lavoura capitalista do arroz, bem como às atividades industriais nas cidade do sul do estado. Essa hipótese é favorecida pela evidência de que as taxas de crescimento demográfico na sub-região sul foram maiores em municípios nos quais se desenvolveu a lavoura do arroz (como Cachoeira)

ou em que predominavam a população urbana e as ocupações urbano-industriais (Tabela 6).

Também nas charqueadas, a manutenção e uma pequena expansão da produção passavam a apoiar-se no trabalho assalariado. Logo antes da abolição da escravidão, o plantel de escravos já havia se reduzido bastante, em função do tráfico para as regiões cafeeiras.¹² Os escravos libertos que, com dificuldade, integraram-se ao mercado de trabalho urbano, foram poucos e geralmente possuíam larga experiência como artesãos (Santos, 1999). A transformação das charqueadas fora uma imposição das circunstâncias e somente após a virada do século as exportações e a produção conheceriam uma recuperação, já consumada a transição para o assalariamento. Observando o crescimento demográfico nos municípios com, pelo menos, 20% dos ocupados em atividades industriais na sub-região sul, nota-se que somente naqueles em que a indústria significava algo mais do que as charqueadas (Pelotas e Rio Grande) houve um crescimento demográfico superior ao do conjunto da sub-região. Esses dois municípios destacavam-se também por apresentar maior parcela urbana em suas populações, relativamente ao resto da sub-região sul. Nos municípios em que a atividade industrial eram principalmente as charqueadas (Uruguaiana, Bagé, Livramento, Jaguarão), o crescimento demográfico foi inferior (Tabela 6)

Considerando a evolução demográfica nas diversas sub-regiões do estado, percebe-se que a singularidade do processo de constituição do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul está referida à sua estrutura dual de posse da terra. A imigração não esteve associada à necessidade capitalista de mão-de-obra, mas, sim, ao surgimento e à expansão de uma economia agropecuária baseada na pequena propriedade. No setor apoiado no latifúndio, a pecuária sulina, a não-vinculação ao mercado mundial e o atraso nas formas de produção permitiram que a acumulação de capital prosseguisse sem promover rupturas sociais ou transformações demográficas profundas.

A constituição do mercado de trabalho foi condicionada, no sentido do retardamento de seu ritmo, pela possibilidade, mesmo que limitada, de acesso à terra. O mercado de trabalho começava a constituir-se de forma relativamente lenta, embora aparentemente adequada à reduzida necessidade de força de trabalho livre. A força de trabalho necessária ao crescimento econômico não foi posta à disposição do capital num só golpe, como na imigração que serviu à acumulação cafeeira, mas formara-se

¹² O contingente de escravos no Rio Grande do Sul atingiu seu ápice em 1874 (98,5 mil), decaindo para 62,1 mil em 1883. Dois anos depois, restavam apenas 22,7 mil escravos no Rio Grande do Sul, provavelmente em decorrência do tráfico interprovincial em direção a São Paulo. Em 1887 o número caiu para 8,4 mil escravos, refletindo, então, possivelmente, as concessões de alforria pelos proprietários e a pressão do movimento abolicionista (dados em Costa, 1998, p.184).

progressivamente, através de mecanismos fundamentalmente endógenos, próprios da transformação que se operava na sociedade gaúcha. O provimento dos contingentes populacionais potencialmente assalariáveis nos empreendimentos industriais que seriam implantados nos centros urbanos gaúchos não foi algo que se deu como necessidade do desenvolvimento do capital mercantil, mas paralelamente a ele (Almeida, 1992, p. 557-558). Não sendo determinado diretamente pelas necessidades da acumulação capitalista, esse provimento “decorreu quase que naturalmente das características e do desenvolvimento das sociedades da pecuária e da colônia no Rio Grande do Sul” (Almeida, 1992, p. 559).

Nesse processo, há indicações de que os setores que efetivamente careciam de força de trabalho livre para sua expansão (atividades urbano-industriais e a lavoura capitalista do arroz) puderam dispor de contingentes de mão-de-obra potencialmente assalariáveis, em vista das taxas relativamente mais elevadas de crescimento demográfico nos municípios em que tais setores predominavam. As transformações demográficas do Rio Grande do Sul, embora não tenham sido determinadas pela necessidade capitalista de mão-de-obra, adequaram-se à mesma e não obstaculizaram a transição capitalista nessa região.

A constituição do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul pode ser, então, caracterizada como um processo lento e progressivo, essencialmente dependente de elementos endógenos à estrutura social em transformação. Foi preciso que o desenvolvimento comercial dos subsistemas agrícola e pecuário estabelecesse as condições para o surgimento da indústria (capitais e mercado), simultaneamente à urbanização, para que, como parte integrante dessa mesma transformação, o trabalho assalariado emergisse em escala social, dando início à formação de um mercado de trabalho para o capital.

Consideramos que essas características da formação do mercado de trabalho regional, associadas ao rápido crescimento industrial do período determinaram uma relativa escassez no provimento de força de trabalho à indústria gaúcha, o que poderia ser observado tanto na capital e outras cidades da zona colonial, como também nas cidades da sub-região sul (Herrlein Jr., Dias, 1993; Agnes, 1990, p.164). Essa hipótese pode ser avaliada através de uma comparação entre, de um lado, as taxas de crescimento demográfico para o Rio Grande do Sul e para as cidades com maiores percentuais de ocupação na indústria e, de outro, as taxas de crescimento da população ocupada na indústria.¹³ Durante o período de 1900 a 1920, houve uma mudança na estrutura etária da população, ampliando-se a população em idade ativa em 103%, diante de um cresci-

¹³ Os dados citados a seguir e as conclusões obtidas baseiam-se na análise das Tabelas 6 e 12.

mento da população total de 90%, o que deve ter favorecido a ampliação da oferta de mão-de-obra. Uma análise da ocupação segundo setores econômicos indica que, no mesmo período, a ocupação nos serviços elevou-se em 149%, na indústria extrativa, em 531% e, na indústria manufatureira, em 634%.¹⁴ Esses setores ampliaram seu peso na ocupação e devem ter pressionado o mercado de trabalho. O comércio, provavelmente, manteve ou reduziu ligeiramente sua participação na ocupação, ao passo que as atividades agropecuárias reduziram sua importância relativa na ocupação. Compreende-se, assim, por que em 1920 o diferencial entre salários urbanos e rurais era maior no Rio Grande do Sul que em São Paulo.¹⁵

As taxas de crescimento da população ocupada na indústria e nos serviços também são elevadas quando comparadas às taxas de crescimento demográfico nos principais municípios-sedes da indústria regional entre 1900 e 1920 (Porto Alegre, 143%; Rio Grande, 82%; Pelotas, 83%; São Leopoldo, 65%). Assim, embora esses municípios tenham apresentado um crescimento demográfico superior ao das respectivas sub-regiões (provavelmente absorvendo contingentes das populações rurais), a oferta de força de trabalho parece ter sido restrita diante da acelerada expansão da indústria e da ocupação industrial, circunstância ainda mais provável de ter se verificado em Porto Alegre, cujo parque industrial adquiriu maior importância no período, sobrepujando o de Pelotas e Rio Grande.¹⁶ Essa hipótese é fortalecida pela estimativa, para o mesmo período, de que o número de estabelecimentos industriais, um indicador do crescimento da demanda por força de trabalho na indústria, expandiu-se, pelo menos, em 300%.¹⁷

¹⁴ O dado para indústria manufatureira exclui as indústrias de beneficiamento (charqueadas, produção de banha, farinhas e outras atividades industriais estreitamente vinculadas aos estabelecimentos agropecuários; ver notas na Tabela 12). Podemos raciocinar também a partir de outra hipótese, supondo que, além dos ocupados na indústria manufatureira em 1900 (2.284 pessoas), havia mais 2.000 (número razoável) ou mais 4.000 (número seguramente exagerado) pessoas ocupadas nas atividades referidas acima, mas incluídas em 1900 nas indústrias agrícola e pastoril. O número resultante seria, então, comparável ao total dos ocupados na indústria de transformação em 1920 (dado do Censo Industrial), indicando uma elevação desse contingente da ordem de 470% a pelo menos 290%.

¹⁵ Conforme Cano, 1977 e Herrlein Jr., Dias, 1993.

¹⁶ A disponibilidade restrita de força de trabalho livre na economia gaúcha, especialmente no meio urbano, parece refletir-se na estrutura da ocupação, tal como identificada pelos dados demográficos de 1920. No conjunto dos trabalhadores ocupados, registravam-se aqueles com uma condição de ocupação indefinida, que expressava a alternância de ocupações ou a realização de tarefas esporádicas como alternativa de sobrevivência, diante da impossibilidade de uma ocupação permanente. Essa condição, que pode ser tomada como um indicador de subemprego ou até mesmo de desemprego (Bodea, s.d., p. 25), atingia 15,5% dos ocupados na cidade de São Paulo, enquanto era de apenas 8,0% na cidade de Porto Alegre. O mesmo indicador de subemprego atingia 5,6% no Rio Grande do Sul e 7,2% em São Paulo (Tabela 13).

¹⁷ Conforme dados do Censo Industrial, existiam 1.773 estabelecimentos industriais no Rio Grande do Sul em 1920, dentre os quais cerca de 207 já estavam fundados antes de 1900. A taxa de crescimento implícita é de 756%. Essa taxa tende a superestimar o crescimento do número de estabelecimentos, pois desconsidera aqueles que encerraram suas atividades entre 1900 e 1920. Supondo que os 207 estabelecimentos que subsistiram até 1920 foram remanescentes de um total de 400 (taxa de encerramento de aproximadamente 50%), o crescimento

A análise até aqui desenvolvida acerca do processo de constituição do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul pode servir à realização de algumas comparações, ainda que genéricas e esquemáticas. Parece-nos que esse processo regional seguiu contornos bastante distintos daqueles que se desenharam na maior parte da América Latina. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a expansão capitalista nas economias latino-americanas, impulsionada pelas exportações, defrontou-se com a escassez de mão-de-obra. As soluções encontradas para essa escassez foram impostas por uma acumulação capitalista estreitamente associada ao mercado mundial e deram lugar a transformações demográficas e rupturas sociais aceleradas, capazes de prover mão-de-obra para a continuidade da expansão. Em diversos países, criou-se oferta de mão-de-obra desalojando-se camponeses e desestruturando-se as comunidades indígenas, expulsas de suas terras e submetidas a diversas formas de trabalho compulsório. Nos países que não contavam com importante população indígena, recorreu-se à imigração, estabelecendo sistemas que limitavam o acesso à propriedade da terra (Thorp, 1998, p. 26). Na maior parte da América Latina, a escassez de mão-de-obra não conduziu a uma boa distribuição de renda e a maiores rendimentos para os trabalhadores, dadas as soluções adotadas. Esses processos contribuíram para que a expansão da produção de exportação dispusesse de uma fonte barata de trabalhadores.

Na principal economia regional brasileira, a expansão da cafeicultura esteve bloqueada pela escassez de mão-de-obra. A influência política da região de São Paulo garantiu, entretanto, ações firmes de apoio ao setor cafeeiro, fomentando e subvencionando a imigração, à medida que deixava de ser possível o uso de escravos. Mas os direitos dos imigrantes foram regulados para evitar que se convertessem em agricultores independentes, garantindo-se uma fonte de mão-de-obra para as plantações mediante sistemas diversos de parceria (Thorp, 1998, p. 56).

A acumulação do capital cafeeiro resolveu a falta de mão-de-obra através da importação de trabalhadores imigrantes, que se somaram às populações despossuídas do meio rural, resultando na geração de um fluxo abundante de homens pobres rumo à empresa cafeeira, suficientemente pobres para que não pudessem comprar sua própria terra ou abrir pequenos negócios; suficientemente abundantes para que se gerassem baixas taxas salariais (Mello, 1982; Furtado, 1982). Os ciclos da acumulação cafeeira determinavam também um contínuo provimento de força de trabalho no meio urbano à medida que, nas fases de auge, a imigração excedia às necessidades de força de trabalho no campo, gerando excedentes potencialmente assalariáveis nas cidades, os quais também se formavam nas fases recessivas, pela redução da ocupação nas lavouras (Cano,

da indústria, segundo o número de estabelecimentos, teria sido de 343%.

1977, p. 230-231; Pinheiro, 1977, p. 144,148). O próprio movimento de expansão capitalista da lavoura do café determinou, assim, a constituição de um mercado de trabalho para o capital na região de São Paulo, fornecendo também a força de trabalho necessária para as atividades industriais.

Essa descrição esquemática permite-nos identificar um processo de constituição acelerada do mercado de trabalho nessa região. Esse processo foi amplamente determinado pela introdução de um elemento externo ao desenvolvimento das relações sociais existentes na região, qual seja, o ingresso maciço de trabalhadores imigrantes despossuídos numa estrutura social previamente estabelecida, que, dessa forma, foi radicalmente transformada em poucas décadas.

3 MERCADO DE TRABALHO E SALÁRIOS INDUSTRIAIS

Nas primeiras décadas do século XX, a produção e o emprego industrial expandiram-se de forma acelerada nos principais centros urbanos do país, o que se expressava pelo crescimento do número de estabelecimentos. Na seção anterior, estimou-se que no Rio Grande do Sul a ocupação industrial, provavelmente, expandiu-se não menos que 300% de 1900 a 1920 (taxa superior a 7% a.a.). Para uma abordagem da demanda por força de trabalho na indústria, convém considerar a característica de porte e distribuição da propriedade dos estabelecimentos que eram responsáveis pela ocupação industrial.

A estrutura de propriedade do capital industrial apresentava na indústria gaúcha uma característica que a diferenciava das demais indústrias regionais brasileiras. No Rio Grande do Sul, os pequenos estabelecimentos desempenhavam um papel mais significativo quanto à ocupação total de operários, respondendo por quase um quinto dessa ocupação em 1920 (Tabela 7).¹⁸ A respeito da importância e das características dos pequenos estabelecimentos industriais nessa região, parece relevante considerar um outro indicador: a proporção existente entre o número de operários e o número de proprietários ocupados nos estabelecimentos industriais nas regiões. No Rio Grande do Sul, para cada cem operários industriais havia 10,1 proprietários, ao passo que em São Paulo e no resto do Brasil (exclusive Rio Grande do Sul e São Paulo) esse número atingia apenas 6,4 e 6,1 proprietários, respectivamente.

¹⁸ Os estabelecimentos que ocupavam até nove operários tinham uma média de 3,3 operários e podem ser considerados, em geral, como negócios não capitalistas, ocupando, preponderantemente, mão-de-obra familiar e tendo o consumo como finalidade principal da venda da produção, realizada sobre uma base técnica artesanal.

Os dados revelam uma maior repartição da propriedade dos estabelecimentos industriais no Rio Grande do Sul, bem como um maior envolvimento de proprietários com o trabalho realizado nos estabelecimentos. Havia, portanto, proporcionalmente, mais proprietários industriais nessa região do que em São Paulo, o que pode ser atribuído à existência de um número mais significativo de estabelecimentos industriais de propriedade familiar.

A maior importância relativa dos pequenos estabelecimentos no Rio Grande do Sul não impede que se identifique a concentração da estrutura industrial nessa região. Na indústria gaúcha em 1920 mais da metade dos operários estava ocupada nos estabelecimentos capitalistas de grande porte, embora essa parcela fosse inferior à observada em São Paulo e no resto do Brasil.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, essa circunstância significa que havia uma maior margem no Rio Grande do Sul para o estabelecimento de pequenas unidades fabris, pouco dependentes do emprego assalariado de operários e, por isso mesmo, adequadas às condições de uma oferta restrita de força de trabalho. Por outro lado, isso também indica que, nessa região, as condições de expropriação, ou seja, de separação da força de trabalho em relação aos meios de produção, estavam menos desenvolvidas também no meio urbano, visto que os estabelecimentos de escala artesanal, além de existirem proporcionalmente em maior número, também ocupavam proporcionalmente mais operários que em São Paulo e no resto do Brasil.

Essa composição da indústria gaúcha determinava um tamanho médio do estabelecimento industrial significativamente inferior ao de São Paulo e do resto do Brasil. Além disso, mesmo considerando isoladamente os estabelecimentos com mais de nove operários, eles eram menores no Rio Grande do Sul devido à diferença de tamanho na faixa dos grandes estabelecimentos (Tabela 8).

A concentração do emprego e da produção nos grandes estabelecimentos refletia a composição heterogênea da indústria regional, em que conviviam os pequenos estabelecimentos artesanais com novos estabelecimentos industriais, mecanizados, que se implantavam desde o final do século XIX e, mais aceleradamente, nas décadas seguintes. Nos estabelecimentos capitalistas pequenos e médios, os processos mecânicos relativamente escassos mesclavam-se com o trabalho artesanal, favorecendo a condição de um trabalhador não totalmente submisso ao capital.

Contudo, os estabelecimentos industriais que ocupavam cem ou mais operários geralmente se implantavam adotando equipamentos e tecnologia importadas, surgindo como fábricas prontas. A nova base técnica desses estabelecimentos ampliava a separação entre concepção e controle e a execução do processo de trabalho, bem como a

divisão do trabalho dentro da fábrica, conduzindo a um processo de qualificação-desqualificação da mão-de-obra, pelo qual o trabalho artesanal qualificado perdia importância, ampliando-se a subordinação do trabalho ao capital.¹⁹ Restava ainda, porém, uma larga margem das atividades fabris (48% da ocupação operária), executadas nos estabelecimentos com menos de cem operários, nos quais o trabalho artesanal qualificado era importante, podendo absorver sem dificuldade os trabalhadores qualificados que eram desnecessários à grande indústria mecanizada.

É provável que, diante da escassez de força de trabalho e da maior margem para o estabelecimento de pequenas unidades fabris, as médias e grandes unidades, organizadas em forma capitalista, tivessem alguma dificuldade para encontrar trabalhadores disponíveis na medida que se expandiam em número e tamanho. Muitas empresas recorriam à contratação de trabalhadores no exterior, promovendo a vinda de imigrantes que se integravam diretamente à atividade fabril (Petersen, 1979). Há diversas evidências de que essa situação, que combinava elevado crescimento da produção com uma relativa escassez de força de trabalho, contribuiu para o estabelecimento de uma relação salarial diferenciada na indústria gaúcha.

O patronato industrial do Rio Grande do Sul buscou atender a sua demanda por força de trabalho através da ampla utilização de práticas assistencialistas aos seus trabalhadores, destacando-se a constituição de fundos de pensão, a assistência médica fornecida pelas empresas, a manutenção de escolas para os trabalhadores e para seus filhos e, em alguns casos, também o provimento de moradias às suas famílias. Tais práticas estiveram associadas a um forte discurso ideológico que afirmava a compatibilidade dos interesses de classe e procurava desestimular a auto-organização dos trabalhadores. Havia uma preocupação sistemática em disfarçar a dominação do capital sobre o trabalho, o que era facilitado pelo envolvimento dos proprietários junto ao trabalho fabril (Pesavento, 1988).

É pertinente supor que a disputa por trabalhadores entre os proprietários industriais fosse um fator importante para induzir a adoção das referidas práticas assistencialistas, capazes de cooptar os trabalhadores e vinculá-los à fábrica, ensejando um desempenho produtivo superior e também melhores condições de trabalho do que aquelas estabelecidas em outras regiões. Na indústria gaúcha, provavelmente, foi necessário que as condições de exploração da força de trabalho fossem atenuadas em vista da efetiva disputa por trabalhadores entre os industriais.

¹⁹ O processo de qualificação-desqualificação ocorre na medida em que há, simultaneamente, uma maior utilização de força de trabalho desqualificada (homens menos aptos, mulheres e crianças) e um aumento da necessidade de técnicos com alta qualificação para a concepção das tarefas.

Essa sugestão é reforçada pela comparação entre os salários médios diários dos operários na indústria gaúcha e na indústria paulista. O salário médio diário era 6,4% maior no conjunto da indústria gaúcha, em comparação com a paulista, sendo também superior na maioria dos gêneros industriais (Tabela 9). Essa diferença de salários pode ser creditada à restrita oferta de força de trabalho no Rio Grande do Sul, refletindo também uma composição regionalmente diferenciada dessa força de trabalho quanto ao sexo. Em São Paulo, o peso da força de trabalho feminina entre os operários da indústria era de 30,8%, enquanto era de apenas 19,9% na indústria gaúcha. A menor inserção das mulheres no mercado de trabalho no Rio Grande do Sul provocava a elevação dos salários médios industriais nessa região.²⁰

Considerando-se somente os salários médios diários para os homens adultos, verifica-se que eram também superiores nessa região, em comparação com São Paulo, na maioria das profissões, nos principais gêneros industriais e no conjunto da indústria (Tabela 10). As comparações dos salários diários dos operários homens adultos podem ser estendidas às demais regiões brasileiras em que havia parques industriais importantes. A Tabela 11 indica que os homens recebiam maiores salários diários no Rio Grande do Sul, em comparação com outras regiões, com exceção do Distrito Federal/Rio de Janeiro. Desconsiderada essa região, que abrigava o segundo maior parque fabril regional do país em 1920, os salários médios diários dos homens eram maiores no Rio Grande do Sul para a grande maioria dos gêneros industriais.²¹

Cabe indagar por que no mercado de trabalho da indústria gaúcha era mais restrita a presença das mulheres, o que limitava ainda mais a oferta de trabalho. É provável que vários motivos tenham determinado uma menor inserção relativa das mulheres no trabalho industrial nessa região, incluindo-se entre esses motivos aqueles de natureza cultural. Nesse sentido, cabe observar que a ausência da mulher do mercado de trabalho tende a estreitar os laços familiares, ao passo que aumenta a dependência do conjunto da família em relação ao trabalho do homem.

²⁰ Um balanço dos dados do Censo de Salários de 1920 demonstra que o salário médio diário da totalidade dos operários no Rio Grande do Sul superava o seu equivalente em todas as regiões com pólos industriais relevantes, tanto no conjunto da indústria, como na maioria dos gêneros, com exceção do Distrito Federal/Rio de Janeiro. Os mesmos dados indicam que, dentre todas as regiões brasileiras consideradas, o Rio Grande do Sul era aquela em que a parcela feminina entre os operários era a menor.

²¹ Os dados salariais apresentados acima referem-se apenas aos operários. Existem indicações de que as remunerações de outros empregados (ordenados) também eram maiores na indústria gaúcha, em comparação com a paulista. Esse resultado é sugerido quando consideramos o custo efetivo da força de trabalho para a indústria, através do montante de salários nominais por empregado/ano (massa anual de salários e ordenados dividida pelo número de empregados). Considerando tal indicador, observamos que esse custo salarial era 10,2% superior na indústria gaúcha, um diferencial que supera aquele já apontado para os salários médios diários dos operários nas duas regiões, de 6,4%.

No Rio Grande do Sul, uma das formas encontradas pela burguesia industrial para estreitar os vínculos de dependência do trabalhador em relação à fábrica envolvia exatamente as relações familiares. Ao fornecer ao trabalhador moradia para sua família, escola para seus filhos e outros benefícios assistenciais, os industriais gaúchos estabeleciam um forte vínculo com a força de trabalho de que dispunham. Estabelecia-se uma maior dependência da família em relação ao emprego do homem, e o patronato industrial procurou valer-se dessa condição, privilegiando o emprego de trabalhadores homens casados (Pesavento, 1988).

Por outro lado, há fortes indicações de que, além da pequena diferença entre os salários nominais nas duas regiões, o poder de compra dos salários era superior no Rio Grande do Sul.²² Isso permite supor que, em São Paulo, a inserção das mulheres no trabalho industrial era, em alguma medida, motivada por uma necessidade mais acentuada de ampliar a renda familiar por meio do assalariamento das mulheres. Podemos considerar que a menor inserção das mulheres no ocupação industrial refletia uma menor mercantilização da força de trabalho no Rio Grande do Sul, restringindo sua oferta, o que foi possível pelas maiores chances de manter uma renda familiar satisfatória apenas com o emprego dos homens.

As indicações quanto ao estabelecimento de relações de trabalho e de salário singulares na indústria gaúcha, em vista de uma melhor posição dos trabalhadores nas negociações com o patronato industrial, parecem ser corroboradas pela avaliação das greves operárias ocorridas na região.²³ Uma característica comum às lutas dos trabalhadores nos centros urbanos do Brasil no início do século passado era a presença, mesmo que em diferente grau de importância, das lutas em torno de condições básicas de trabalho, principalmente através da redução das horas trabalhadas. Contudo, uma análise abrangente das greves realizadas no Rio Grande do Sul entre 1890 e 1919 apontou as questões salariais como causa principal das greves, embora destacando a frequência de greves pela redução da jornada para oito horas, sem redução do salário (Petersen, 1979: 321).

²² A economia gaúcha notabilizava-se pela produção de gêneros alimentares, que tendiam a custar significativamente menos nessa região do que nas outras que dependiam de importações de alimentos. Apesar da dificuldade em se obter dados sobre preços de produtos de consumo popular nas duas regiões na época, foi possível aferir que, em 1920, enquanto a população total do Rio Grande do Sul correspondia a 47,5% da de São Paulo, a área cultivada com arroz, trigo, milho, feijão, batata e mandioca nas duas regiões possuía quase a mesma extensão (Conforme Recens. BR. 1920: pop., 1930, e Cano, 1977, p. 283-284).

²³ Essa avaliação tem como referência uma comparação com a região de São Paulo. Não é possível aqui enfrentar a tarefa de comparar as greves operárias nas regiões do Rio Grande do Sul e de São Paulo no período em foco. Uma primeira aproximação está feita em Herrlein Jr., Dias (1993), sobre a qual nos apoiamos para desenvolver o argumento.

A predominância das questões salariais nas greves ocorridas no Rio Grande do Sul, justamente uma região onde os salários industriais eram geralmente superiores e o custo de vida provavelmente inferior, parece uma indicação de que os trabalhadores dessa região se defrontavam com condições distintas de contratação e uso da força de trabalho pelo capital. A primazia daquelas questões sobre os demais motivos das greves sugere que, nessa região, havia melhores condições de barganha para os trabalhadores junto aos empregadores.²⁴

CONCLUSÃO

Vimos, neste ensaio, uma interpretação das características regionais da conformação do mercado de trabalho livre, processo nuclear da transição capitalista no Rio Grande do Sul durante a Primeira República. A transição para formas capitalistas de produção exigiu a disponibilidade de força de trabalho livre em poucos setores, principalmente nos meios urbanos, onde se fazia necessária para a expansão da indústria, do comércio e dos serviços. A indústria foi o principal setor em que se configuraram relações de produção capitalistas, embora apenas em parte dela, devido à presença expressiva de estabelecimentos de escala artesanal, negócios individuais e familiares. Nos meios rurais, a demanda por força de trabalho livre configurou-se na moderna lavoura do arroz e, em reduzido grau, na zona das colônias, para as agroindústrias.

As estatísticas demográficas permitiram identificar evidências que indicam a migração rural-urbana interna ao Rio Grande do Sul como principal fator na constituição do mercado de trabalho urbano-industrial. A população de Porto Alegre e São Leopoldo recebeu contingentes oriundos do meio rural da sub-região nordeste, enquanto Rio Grande, Pelotas e municípios em que se desenvolveu a lavoura do arroz receberam contingentes dos municípios da fronteira, caracteristicamente vinculados à pecuária extensiva.

A constituição do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul foi condicionada, no sentido do retardamento de seu ritmo, pela possibilidade, mesmo que limitada, de acesso à terra no norte e nordeste, bem como pela relativa estagnação econômica e também demográfica no sul. O mercado de trabalho constituiu-se de forma relativamente lenta, embora aparentemente adequada à reduzida necessidade de força de tra-

²⁴ Segundo Petersen (1979), as greves prejudicavam os industriais gaúchos também por desorganizarem o equilíbrio entre oferta e procura de mão-de-obra, já que nem sempre era fácil conseguir mão-de-obra similar. Essa autora indica que, em certas profissões, a substituição do trabalhador era praticamente impossível sem mandar buscar outros na Europa (1979, p. 287-288). Esse era o caso dos tecelões, cujos salários eram 34,1% superiores na indústria gaúcha comparativamente à paulista (Tabela 10).

balho livre. As colônias de imigrantes já estabelecidas e as novas que se organizavam representavam a possibilidade de acesso à propriedade da terra, constituindo uma dificuldade para a transformação da capacidade de trabalho em mercadoria.

A constituição do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul foi um processo lento e progressivo, essencialmente dependente de elementos endógenos à estrutura social em transformação. O provimento dos contingentes populacionais assalariáveis para os empreendimentos industriais nos centros urbanos gaúchos não transcorreu por necessidade do desenvolvimento do capital mercantil, mas paralelamente a ele. Esse processo regional seguiu contornos bastante distintos dos que se desenharam na maior parte da América Latina, onde predominaram processos de criação de oferta de mão-de-obra, seja através da expropriação de camponeses e comunidades indígenas, expulsas de suas terras e submetidas a formas de trabalho compulsório, seja através da imigração em massa, estabelecendo sistemas que limitavam o acesso à propriedade da terra.

Essas características da formação do mercado de trabalho regional, associadas ao rápido crescimento industrial do período, determinaram uma relativa escassez no provimento de força de trabalho à indústria gaúcha. Isso foi evidenciado pelo elevado crescimento da ocupação nas atividades de indústria, comércio e serviços, nos principais centros urbanos, em grau muito superior ao da população em idade ativa.

Além disso, vimos que a propriedade industrial estava mais distribuída no Rio Grande do Sul, relativamente a São Paulo e ao resto do Brasil, o que foi indicado pela maior importância relativa do emprego de operários nos estabelecimentos pequenos e médios, bem como pela maior participação de proprietários entre os ocupados. Havia no Rio Grande do Sul uma maior margem para o estabelecimento de pequenas unidades fabris, pouco dependentes do emprego assalariado de operários e, por isso mesmo, adequadas às condições de uma oferta restrita de força de trabalho. Nessa região, as condições de expropriação (separação da força de trabalho em relação aos meios de produção) estavam menos desenvolvidas também no meio urbano.

Diante da escassez de força de trabalho e da maior margem para o estabelecimento de pequenas unidades fabris, as médias e grandes unidades, organizadas em forma capitalista, numa situação que combinava elevado crescimento da produção com uma relativa escassez de força de trabalho, buscaram atender a sua demanda por força de trabalho através da ampla utilização de práticas assistencialistas aos seus trabalhadores (fundos de pensão, assistência médica, escolas para os trabalhadores e para seus filhos, provimento de moradias), ensejando também uma relação salarial diferenciada na indústria gaúcha. Os salários médios diários para os homens adultos eram superiores

nessa região, em comparação com São Paulo, na maioria das profissões, nos principais gêneros industriais e no conjunto da indústria. Também se evidenciou que os homens recebiam maiores salários diários no Rio Grande do Sul, em comparação com outras regiões, com exceção do Distrito Federal/Rio de Janeiro. Concluiu-se que na indústria gaúcha, provavelmente, foi necessário que as condições de exploração da força de trabalho fossem atenuadas em vista da efetiva disputa por trabalhadores entre os industriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNES, Sílvia C. *A questão do geral e do específico na historiografia latino-americana: análise do processo de constituição de mão-de-obra industrial em Pelotas/Rio Grande e cidade do México*. Porto Alegre, UFRGS/IFCH, 1990.

ALBUQUERQUE, Edu S. de. O “Estado-região” Rio Grande do Sul: uma análise do regionalismo “oficial” (e do não-oficial) gaúcho. *Boletim Gaúcho de Geografia*. Porto Alegre, Santa Cruz; AGB, Edunisc, 23, 1998.

_____. *O conceito de região aplicado a estados federais: o caso do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. São Paulo, FFLCH-USP, 1998a.

ALMEIDA, Pedro F. C. de. A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha: 1870-1930. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 13, n.2, p.546-577, 1992.

BANDEIRA, Pedro S. As raízes históricas do declínio da região Sul. In: ALONSO, J.A.F.; BENETTI, M.D.; BANDEIRA, P. S. *Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: FEE, 1994.

BODEA, Miguel, *A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1994.

BREITBACH, Áurea C. de M. *Estudo sobre o conceito de região*. Porto Alegre, FEE, 1988. (Série Teses, 13)

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1977.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTRO, Antônio B. de. A herança regional no desenvolvimento brasileiro. In: _____. *Sete ensaios de economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1971.

COSTA, Elmar Bones da. (Ed.) *História ilustrada do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Já, 1998.

- DALMAZO, Renato. *Evolução histórica e estrutural das relações de comércio do Rio Grande do Sul: século XIX a 1930*. Porto Alegre, FEE, 1986. (documentos GERPRO n. 68).
- FONSECA, Pedro C. D. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA [FEE]. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS 1803-1950*, 2 ed. Porto Alegre, FEE, 1986.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1982.
- HERRLEIN JR. Ronaldo. *Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional? Tese (Doutoramento em Economia) - Unicamp, Campinas, 2000*.
- HERRLEIN JR., Ronaldo; DIAS, Adriana. Trabalho e indústria na Primeira República: um ensaio de análise comparativa entre as sociedades do Rio Grande do Sul e de São Paulo. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, FEE, v. 14, n. 1, p. 255-298, 1993.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Séries estatísticas retrospectivas, Rio de Janeiro, Fibge, v. 1, 1986.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- MELLO, João M. C. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1925.
- PESAVENTO, Sandra. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho, RS 1889-1930*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- PESAVENTO, Sandra. *A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fapergs, 1989.
- _____, Sílvia R. F. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: CESAR, Guilhermino et al. *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- PINHEIRO, Paulo S. O proletariado industrial na primeira República. In: FAUSTO, Bóris. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- RECENSEAMENTO DO BRASIL 1920: população (1930). Rio de Janeiro.
- RECENSEAMENTO DO BRASIL 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.
- RECENSEAMENTO DO BRASIL 1920: salários (1928). Rio de Janeiro.
- SINGER, Paul . Porto Alegre. In _____. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2.ed., Rio de Janeiro: Nacional, 1977 [1968].

SOUZA, Paulo Renato de. Un modelo primário exportador regional: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Trabajo de seminario para optar al grado de Magister en Ciencias Económicas. Santiago, Fac. Eco. Pol/Universidad de Chile, 1973.

TARGA, Luiz R. P. (Org.). *Gaúchos & paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996.

_____ (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre, UFRGS : FEE, Lajeado, UNIVATES, 1998.

TEJO, Limeira. *A indústria rio-grandense em função da economia nacional*. Porto Alegre: Globo, 1939.

THORP, Rosemary. *Progreso, pobreza y exclusion: una historia economica de America Latina en el siglo XX*. Washington, Banco Interamericano de Desarrollo, 1998.

TABELAS

Tabela 1 - Imigração estrangeira para o Rio Grande do Sul, 1824-1914

Período	nº de anos	Imigrados no período	Proporção do período no total da imigração	Média anual de imigrados	Proporção dos imigrados no incremento demográfico total (1)
1824-1830	7	5.350	2,8%	764	34,5%
1844-1856	13	5.598	2,9%	431	5,8%
1857-1871	15	12.682	6,6%	845	6,9%
1872-1881	10	15.831	8,3%	1.583	7,5%
1882-1890	9	59.113	30,8%	6.568	24,7%
1891-1900	10	44.825	23,4%	4.483	17,8%
1901-1914	15	48.307	25,2%	3.220	7,4%
1824-1914	---	191.706	100,0%	---	---

Fonte: dados brutos para imigração em Pellanda (1925, p.25-26) e população total em FEE (1986).

Nota: entre 1830 e 1844 não há imigração.

(1) Estimativa. O incremento demográfico total em cada período foi estimado a partir dos dados da população total, realizando-se as interpolações necessárias e apurando-se os seguintes números para os sete períodos (em mil pessoas): 15,5; 97,0; 184,0; 211,5; 239,0; 251,5 e 651,5.

Tabela 2 - Participação dos principais produtos no valor total das exportações do Rio Grande do Sul, segundo as somas dos valores em períodos selecionados 1878-1988/1919-1929

Produtos	1878-1888	1889-1900	1919-1929
(1) Charque	30,3%	25,9%	19,1%
(2) Couros	30,5%	18,7%	10,1%
(3) Lã	1,4%	1,9%	4,2%
(4) Carnes friorificadas	---	---	3,8%
(I) Sub-total: soma de (1) a (4)	62,2%	46,5%	37,2%
(5) Banha	1,8%	11,3%	15,6%
(6) Farinha de mandioca	3,2%	7,3%	2,2%
(7) Feijão	0,2%	7,6%	3,8%
(8) Fumo	1,9%	2,9%	4,3%
(9) Outros (*)	1,7%	1,8%	3,4%
(10) Vinho	0,1%	0,1%	2,5%
(II) Sub-total: soma de (5) a (10)	8,8%	31,0%	31,6%
(11) Arroz	---	---	10,1%
(III) Total (I) + (II) + (11)	71,0%	77,6%	78,9%
Total do RS	100,0%	100,0%	100,0%

(*) batata-inglesa, erva-mate, cebolas e alhos.

Fonte dos dados brutos: Dalmazo (1986: Tabelas I-5, I-6, I-7, I-9, I-10, I-12, I-13, II -7, II-9, II-11, II-12, II-14, II-17, II-19, II-21, II-23, II-27, II-29 e II-34).

Legenda: Grupo (I): principais produtos de exportação da pecuária sulina; (II) principais produtos de exportação da agropecuária colonial; (III) principais produtos de exportação do Rio Grande do Sul.

Nota: os percentuais refletem o peso das somas dos valores por produto na soma dos valores totais exportados, aos níveis de preço correntes.

Tabela 3 - Taxas médias anuais de crescimento demográfico no Rio Grande do Sul e suas sub-regiões - 1890-1920

Discriminação	1890 a 1900	1900 a 1920
Sub-região Nordeste	3,22	2,42
Sub-região Norte	3,32	4,81
Sub-região Sul	1,76	2,07
Total do RS	2,50	2,88

Fonte: Bandeira (1994, p.33).

Nota: há discrepância para a taxa do Rio Grande do Sul (1900-1920), que é inferior em comparação com a Tabela 4, embora Bandeira use fontes compatíveis. A diferença pode ser atribuída ao uso por Bandeira de um contingente demográfico menor, para o qual dispunha-se da localização em sub-regiões. Para o período referido, as taxas da Tabela 3 devem ser consideradas como uma escala para comparações entre sub-regiões. As taxas foram reconstituídas para os dados da população total, na Tabela 5, a partir das proporções encontradas por Bandeira para as sub-regiões.

Tabela 4 - Taxas médias anuais de crescimento demográfico - 1872-1920 Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, São Paulo e cidade de São Paulo

Localidade	1872 a 1890	1890 a 1900	1900 a 1920
Brasil	1,96	1,91	2,94
Rio Grande do Sul	3,95	2,50	3,32
Porto Alegre	0,98	3,46	4,63
São Paulo	2,83	5,12	3,62
Cidade de São Paulo	4,12	13,96	4,58

Fonte dos dados brutos: IBGE (1986, p.14).

Tabela 5 - População total do Rio Grande do Sul, de suas sub-regiões e municípios selecionados, 1900 e 1920

Localidade	1900		1920	
	População	Part.RS	População	Part.RS
RIO GRANDE DO SUL	1.149.070	100,0%	2.182.713	100,0%
NORDESTE	345.410	30,1%	599.591	27,5%
Porto Alegre	73.674	6,4%	179.263	8,2%
Caxias do Sul	24.997	2,2%	33.773	1,5%
Montenegro	27.894	2,4%	45.871	2,1%
São Leopoldo	28.812	2,5%	47.501	2,2%
Bento Gonçalves	17.920	1,6%	22.072	1,0%
São Sebastião do Caí	24.346	2,1%	36.508	1,7%
Taquara	27.146	2,4%	40.231	1,8%
Soma municípios selecionados	224.789	19,6%	405.219	18,6%
SUL	556.150	48,4%	901.460	41,3%
Jaquarã	12.172	1,1%	15.212	0,7%
Bagé	28.956	2,5%	46.298	2,1%
Livramento	21.843	1,9%	37.451	1,7%
Pelotas	44.881	3,9%	82.294	3,8%
Cachoeira	32.510	2,8%	58.578	2,7%
Rio Grande	29.492	2,6%	53.607	2,5%
Santa Maria	30.185	2,6%	57.469	2,6%
São Gabriel	17.109	1,5%	28.457	1,3%
Uruquaiana	23.194	2,0%	32.642	1,5%
Canguçu	18.940	1,6%	36.275	1,7%
Rio Pardo	22.478	2,0%	34.861	1,6%
Soma municípios selecionados	281.760	24,5%	483.144	22,1%
NORTE	247.510	21,5%	681.661	31,2%
Santa Cruz	23.158	2,0%	41.136	1,9%
Cruz Alta + Ijuí	23.671	2,1%	73.682	3,4%
Passo Fundo + Guaporé	21.374	1,9%	114.026	5,2%
Lajeado + Encantado	30.708	2,7%	61.883	2,8%
Alfredo Chaves	19.952	1,7%	32.395	1,5%
Santo Ângelo	20.925	1,8%	46.356	2,1%
São Luiz Gonzaga	15.190	1,3%	39.163	1,8%
Soma municípios selecionados	154.978	13,5%	408.641	18,7%

Fontes: Bandeira (1994) e FEE (1986).

Nota: os valores absolutos para as sub-regiões foram reconstituídos a partir do dado da população total e das respectivas participações indicadas em Bandeira.

Tabela 6 - Crescimento demográfico de 1900 a 1920, parcela urbana da população (1920) e distribuição setorial dos ocupados (1920) Rio Grande do Sul, sub-regiões e municípios selecionados

Localidade	Crescimento demográfico total	Taxa média anual	Parcela urbana da pop - 1920	Participação dos setores na ocupação total			
				Agropec	Indústria	Transporte	Comércio
RIO GRANDE DO SUL	90,0%	3,26%	26,4%	68,3%	14,2%	3,1%	6,7%
NORDESTE	73,6%	2,80%	37,4%				
Porto Alegre	143,3%	4,55%	87,8%	16,4%	36,5%	7,3%	21,8%
Caxias do Sul	35,1%	1,52%	13,6%	67,7%	18,6%	2,6%	6,2%
Montenecaro	64,4%	2,52%	10,3%	82,5%	7,5%	2,5%	3,5%
São Leopoldo	64,9%	2,53%	15,9%	60,2%	23,4%	2,3%	4,7%
Bento Gonçalves	23,2%	1,05%	11,4%	75,7%	9,1%	1,7%	3,4%
São Sebastião do Caí	50,0%	2,05%	7,9%	82,2%	8,4%	2,1%	3,6%
Taquara	48,2%	1,99%	12,3%	82,5%	8,9%	2,1%	3,6%
Soma Municíp Selec.	80,3%	2,99%	45,6%				
SUL	62,1%	2,44%	30,6%				
Jaguarão	25,0%	1,12%	78,6%	55,3%	20,4%	3,1%	7,4%
Bagé	59,9%	2,37%	47,9%	58,2%	19,9%	3,7%	7,6%
Livramento	71,5%	2,73%	36,7%	51,1%	20,0%	4,1%	9,7%
Pelotas	83,4%	3,08%	54,9%	43,3%	27,8%	6,5%	10,7%
Cachoeira	80,2%	2,99%	18,0%	78,4%	9,9%	1,9%	6,0%
Rio Grande	81,8%	3,03%	84,3%	24,7%	34,7%	10,9%	14,6%
Santa Maria	90,4%	3,27%	31,3%	62,9%	16,1%	4,3%	7,5%
São Gabriel	66,3%	2,58%	37,5%	58,7%	18,0%	2,3%	6,1%
Uruquaiiana	40,7%	1,72%	46,3%	49,9%	24,2%	3,8%	8,5%
Canguçu	91,5%	3,30%	4,1%	84,6%	6,2%	0,7%	2,7%
Rio Pardo	55,1%	2,22%	11,5%	80,1%	6,7%	3,3%	4,6%
Soma Municíp Selec.	71,5%	2,73%	41,0%				
NORTE	175,4%	5,20%	7,9%				
Santa Cruz	77,6%	2,91%	10,7%	80,8%	10,1%	0,9%	4,5%
Cruz Alta + Ijuí	211,3%	5,84%	13,8%	75,8%	9,8%	2,0%	5,1%
Pas. Fundo + Guaporé	433,5%	8,73%	8,3%	82,1%	9,0%	1,9%	4,0%
Lajeado + Encantado	101,5%	3,57%	3,9%	87,4%	5,7%	1,6%	2,8%
Alfredo Chaves	62,4%	2,45%	3,7%	81,4%	10,0%	2,6%	3,0%
Santo Ângelo	121,5%	4,06%	3,8%	82,5%	5,9%	0,8%	3,9%
São Luiz Gonzaga	157,8%	4,85%	9,5%	81,8%	7,7%	0,8%	3,0%
Soma Municíp Selec.	163,7%	4,97%	8,1%				

Fontes: Tabela 5 e FEE (1986) para dados ocupacionais e população urbana.

Tabela 7 - Número total e distribuição dos estabelecimentos industriais e seus operários, segundo o caráter e porte dos estabelecimentos Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil - 1920

Caráter e porte dos estabelecimentos (conforme o número de operários)	Estabelecimentos			Operários		
	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Número Total (100%)	1.773	4.145	7.418	24.661	83.998	166.853
Não-Capitalistas Até 9	81,4%	79,1%	72,5%	19,1%	13,1%	12,2%
Capitalistas 10 e mais	18,6%	20,9%	27,5%	80,9%	86,9%	87,8%
Pequeno Porte - 10 a 49	14,5%	14,9%	20,7%	19,9%	14,2%	18,4%
Médio Porte - 50 a 99	1,7%	2,5%	2,8%	9,1%	8,2%	8,6%
Grande Porte - 100 e +	2,4%	3,5%	3,9%	51,9%	64,4%	60,8%

Fonte: RECENSEAMENTO DO BRASIL 1920: indústria (1927).

Tabela 8 - Tamanho médio dos estabelecimentos industriais, segundo seu caráter e porte - 1920 Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil

Caráter e porte dos estabelecimentos (conforme o número de operários)	Tamanho médio (nº de operários)		
	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Todos	13,9	20,3	22,5
Não-Capitalistas Até 9	3,3	3,4	3,8
Capitalistas 10 e mais	60,5	84,1	71,8
Pequeno Porte - 10 a 49	19,1	19,3	20,0
Médio Porte - 50 a 99	72,2	66,5	69,0
Grande Porte - 100 e +	304,8	368,2	346,0

Fonte: RECENSEAMENTO DO BRASIL 1920: indústria (1927).

Tabela 9 - Salários médios diários do total dos operários da indústria, segundo os gêneros industriais - RS, SP - 1920

Gêneros	Rio Grande do Sul	São Paulo	Diferença do RS para SP
Cerâmica	5.182	5.008	3,5%
Edificação	6.392	6.091	5,0%
Metalurgia	6.450	6.036	6,9%
Mat. Transporte	6.136	5.873	4,5%
Madeira	4.999	5.564	-10,2%
Mobiliário	5.521	5.523	0,0%
Química	4.040	4.523	-10,7%
Couros e peles	5.871	5.270	11,4%
Têxtil	5.004	4.565	9,6%
Vest.touc.calçados.	5.527	4.560	21,2%
Alimentação	4.880	5.047	-3,3%
Forças físicas	7.000	5.734	22,1%
Diversas	8.250	4.231	95,0%
Total	5.169	4.861	6,4%

Fonte dos dados brutos: Recensamento do Brazil, 1920; Salários, V.5, P.2, p.354-85, 386-417.

Nota: cada valor expressa a média obtida a partir da totalidade dos casos referentes a cada informação apresentada na tabela.

Tabela 10 - Salários médios diários dos operários homens adultos, segundo profissão e gênero de indústria - RS, SP e Brasil - 1920 (em mil réis)

Especificação profissão e gênero industrial	Rio Grande do Sul	São Paulo	Brasil	Diferença % (RS/SP)
Carpinteiro	7.941	7.223	7.584	9,9%
Mecânico	10.268	8.809	8.853	16,6%
Maquinista	7.268	7.684	7.231	-5,4%
Foguista	6.016	5.819	5.515	3,4%
Ferreiro	8.243	7.322	7.074	12,6%
Pedreiro	7.310	7.268	7.242	0,6%
Ind.têxtil	7.035	5.729	5.329	22,8%
Tecelão	8.841	6.595	7.145	34,1%
Fiandeiro	9.086	4.298	4.604	111,4%
Tintureiro	6.088	5.363	4.949	13,5%
Cardador	6.573	4.694	4.466	40,0%
Batedor	4.895	4.477	4.198	9,3%
Acabador	4.000	5.819	5.402	-31,3%
Ind.vest.cal.	6.748	6.382	6.712	5,7%
Cortador (calçados)	7.422	5.687	7.656	30,5%
Montador (calçados)	7.709	5.516	7.680	39,8%
Pespontador (calç.)	5.923	5.143	7.822	15,2%
Acabador (calçados)	7.850	5.286	7.076	48,5%
Ind.alimentação	5.679	5.616	5.111	1,1%
Ind.metalúrgicas	7.384	6.986	----	5,7%
Fundidor	8.775	8.405	7.483	4,4%
Limador	7.000	6.116	7.014	14,5%
Serralheiro	8.387	7.380	7.936	13,6%
Torneiro em metal	8.986	7.506	8.107	19,7%
Total da indústria	6.117	5.909	----	3,5%

Fonte: Recensamento do Brasil, 1920; V.5, P.2, Salários; p.XIV a XVII; Quadro IV, p.354-417.

Tabela 11 - Índices regionais do valor do salário médio diário dos operários homens adultos, segundo os gêneros industriais - 1920 (base: 100 = salário médio diário no Rio Grande do Sul, em cada gênero)

Gêneros	São Paulo	BR exclusive RS e SP	DF e RJ	Minas Gerais	Pernambuco	Bahia
Cerâmica	96,8	86,0	102,8	70,4	68,2	77,3
Edificação	94,7	83,4	111,6	81,3	61,6	37,1
Metalurgia	94,6	89,8	93,7	58,7	116,3	71,4
Mat. Transporte	91,8	96,0	101,6	76,6	79,1	--
Madeira	114,4	116,7	133,1	97,0	101,4	71,3
Mobiliário	85,3	99,0	112,2	76,5	88,0	76,0
Química	121,9	111,4	122,3	106,4	85,7	98,4
Couros e peles	90,4	81,0	98,0	66,0	71,3	42,3
Têxtil	81,4	72,4	91,6	58,8	51,5	58,1
Vest.touc.calçad.	94,6	100,7	110,9	80,1	65,8	61,4
Alimentação	98,9	82,1	95,7	79,3	67,7	59,5
Total	96,6	90,3	108,0	73,0	69,5	65,2

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil; vol.5 parte 2; Salários; p.98-433.

Tabela 12 - População do Rio Grande do Sul, segundo setores de ocupação e População em Idade Ativa, 1900 e 1920

1900			1920			Taxas de crescimento
Ocupações	n. abs.	%	%	n. abs.	Ocupações	
Ind. Agrícola	259.776	22,6	---			
Ind. Pastoril	32.628	2,8	---			
Sub-total	292.404	25,4	18,6	406.898	Agropecuária	39%
Ind. Manufatureira (1)	2.284	0,2	0,8	16.770	Ind. Manufatureira (1)	634%
		---	3,0	65.200	Atividades industriais	
Transporte	10.141	0,9	0,8	18.360	Transporte	81%
Administração	4.455	0,4	0,5	11.891	Adm.Particular e Públ.	167%
Liberais	3.693	0,3	0,7	15.227	Prof.Liberais	312%
Sub-total "Serviços"	18.289	1,6	2,1	45.478	Sub-total "Serviços"	149%
Comércio	31.251	2,7	1,8	40.050	Comércio	28%
Ind. Extrativa	1.062	0,1	0,3	6.702	Exploração do Sub-solo	531%
Força Pública	8.514	0,7	0,5	11.900	Força Pública	40%
Artes e Ofícios	46.308	4,0	0,9	19.512	Construção Civil	
Sub-total "Ocupados"	400.112	34,8	27,3	595.740	Sub-total "Ocupados"	49%
Serviço Doméstico	180.523	15,7	1,1	24.862	Serviços Domésticos	
Mal especific e ignoradas	24.279	2,1	1,7	36.876	Indefinido	
Capitalistas	3.165	0,3	0,2	4.267	Pessoas q. vivem de rendas	
Improdutivas	540.514	47,0	69,7	1.520.968	Não declarantes, sem prof.	
Religiosas	477	0,0	---			
Total da População	1.149.070	100,0	100,0	2.182.713	Total da População	90%
Pop. em idade ativa	557.803	48,5	52,0	1.134.687	Pop. em idade ativa (2)	103%

Fonte: FEE (1986), IBGE (1986) e Censo Industrial de 1920.

Nota: a comparação entre as estruturas ocupacionais da população do Rio Grande do Sul é prejudicada pelas evidentes diferenças entre os critérios de classificação adotados em 1900 e 1920. Com vista a extrair algumas conclusões possíveis dessa comparação, excluímos do subtotal "ocupados" os serviços domésticos, que em 1900 incluíram todas as mulheres consideradas sem profissão (inativas). Acima desse subtotal, estão os setores em que há alguma comparabilidade entre os dados. Os dados comparáveis têm suas taxas de participação assinaladas em negrito e sua taxa de crescimento consta na última coluna. A comparabilidade aumenta quando os percentuais setoriais são considerados como proporção do percentual do subtotal "ocupados".

(1) O dado para "indústria manufatureira" em 1900, provavelmente, exclui atividades industriais diretamente associadas à pecuária e à lavoura, como as charqueadas, em vista do reduzido número e da possibilidade desses ocupados estarem incluídos em "indústria agrícola" ou "indústria pastoril". Para 1920, o dado de "atividades industriais" é muito amplo, correspondendo a um conceito muito abrangente de indústria. Para efeito de comparação consideramos como pessoal ocupado na "indústria manufatureira" em 1920 o dado fornecido pelo Censo Industrial, exclusive 75% do pessoal ocupado no gênero "alimentação, bebidas e fumo", em que se incluía o pessoal ocupado nas charqueadas, produção de banha e outras indústrias diretamente vinculadas às atividades agropecuárias. A proporção de 75% corresponde à parcela do Valor Bruto da Produção do gênero referido correspondente a essas últimas indústrias, preservando-se 25% do pessoal ocupado do gênero, por conta das indústrias de bebidas e outras características de meios urbanos. O dado resultante corresponde a 68% do total do pessoal ocupado na indústria de transformação em 1920.

(2) Considerou-se em idade ativa a população com idade de 15 a 59 anos. Os números absolutos correspondem a

uma pequena extrapolação dos dados informados em IBGE (1986:10), para ajustarem-se à população total, visto que havia informação de faixa etária para 99% da população total. Preservou-se assim as proporções observadas para a parcela da população para a qual se dispunha de informação acerca da idade.

Tabela 13 - Distribuição dos ocupados com declaração de profissão, segundo setor de ocupação profissional, em Porto Alegre e em São Paulo - 1919 (%)

Setores	Porto Alegre	São Paulo
Indústria (a)	30,9	41,7
Serviços (b)	19,9	19,7
Comércio	18,4	12,7
Agricultura	13,9	5,2
Exploração do subsolo	0,3	0,8
Setor público (c)	8,7	4,5
Indefinido	8,0	15,5
Total	100,0	100,0

Fonte dos dados brutos: RECENSEAMENTO DO BRASIL 1920: população (1930) Rio de Janeiro. v.4, pt.5., t.1.(a) Inclusive a construção civil. (b) Inclui transporte, administração privada, profissionais liberais e serviços domésticos. (c) Inclui força pública e administração pública.

SYNOPSIS

*INDUSTRIAL LABOUR MARKET IN RIO GRANDE DO SUL (BRAZIL):
ORIGINS AND HIS FIRST CONFIGURATION, 1870-1920*

This essay proposes a characterisation of the formation of the urban and industrial labour market process in Rio Grande do Sul (Brazil), pointing to the regional singularity of the socio-historical forms of that process in Brazilian and Latin American contexts. The first section shows the movement of the entire regional society, pointing out to the transformation experimented by the gaúcha economy during 1870 and 1930. The second section examines the origins of the free labour market in that region, exploring demographic and occupational statistics and concluding with a characterisation of the regional labour market constitution process. The last section, supported on that characterisation, reinforces the hypothesis about general conditions relatively favourable to workers in the labour market of the regional industry, dealing with inter-regional comparisons of industrial wages in Brazil in 1920.

Key words: market labour, economic history, industrial development, Rio Grande do Sul, Brazil

SINOPSIS

*MERCADO DE TRABAJO URBANO-INDUSTRIAL EN RIO GRANDE DO SUL:
ORIGENES Y PRIMERA CONFIGURACIÓN, 1870-1930*

Este ensayo propone una caracterización del proceso de constitución del mercado de trabajo urbano-industrial en Rio Grande do Sul, afirmando la singularidad regional de las formas socio-históricas de ese proceso en el contexto brasileño y latino-americano. La primera sección presenta el movimiento del conjunto de la formación social regional, señalando la transformación experimentada por la economía gaúcha entre 1870 e 1930. La segunda sección discute la origen del mercado de trabajo libre en la región, explorando estadísticas demográficas y ocupacionales, concluyendo con una caracterización del proceso de constitución del mercado regional de trabajo. Apoyada en esa caracterización, la última sección fundamenta hipótesis acerca de la vigencia de condiciones generales relativamente favorables a los trabajadores en el mercado de trabajo de la industria gaúcha, utilizando comparaciones inter-regionales de los salarios industriales en el Brasil, en 1920.

Palabras-clave: mercado de trabajo, Rio Grande do Sul, historia económica, desarrollo industrial